



ESTRATÉGIAS ÉTNICAS E TRAJETÓRIAS DE INTELLECTUAIS NEGROS.

José Antônio dos Santos¹

O artigo está dividido em duas partes: a primeira, que se detém na definição do que entendo como “estratégias étnicas”; a segunda, que se preocupa com algumas trajetórias de intelectuais negros. As utilizações das categorias se deram a partir da necessidade de entendimento, organização e teorização do material que foi encontrado na pesquisa, o que se mostrou muito mais amplo, em número de casos encontrados, do que os aqui relatados.²

A partir do jornal *O Exemplo* (1892-1930), inicialmente dirigido para a população negra de Porto Alegre, o artigo vai se deter nas trajetórias intelectuais e profissionais de alguns dos seus principais fundadores. Foram cruzados dados qualitativos sobre parentesco, formação educacional, profissão, participação em entidades políticas e sociais, e artigos assinados, que nos sugeriram projetos políticos e “estratégias étnicas” que se desenharam entre a crítica à sociedade racista e a construção de perspectivas de integração e ascensão social.

Nesse sentido, foram configuradas “estratégias étnicas” por meio da formação de grupos de interesses, e a definição de que a educação, a aproximação com o catolicismo (principalmente as irmandades), o acesso ao funcionalismo público por meio de concursos, e o respeito aos desígnios de moralidade e obediência civil, eram mecanismos possíveis de integração e mobilidade social. Articulados em torno da imprensa negra, os intelectuais recuperavam as efemérides relativas à história do seu povo e os exemplos dos abolicionistas negros para organizar os seus pares entorno de clubes e associações em defesa de territórios e direitos. Também denunciavam a discriminação e o preconceito racial vigente, assim como exploravam a experiência acumulada na diáspora africana e as brechas do capitalismo nascente para se inserirem socialmente.

O que identifiquei como “estratégias étnicas” eram as tentativas de melhorar as condições de vida (educação, moradia, segurança e acesso ao mercado de trabalho) da população negra por meio da organização e da mobilização social, sem levantar contra eles a pecha do “racismo às avessas”.

¹ Doutor em História, Departamento de Educação e Desenvolvimento Social - UFRGS. joseants@hotmail.com

² Nesse sentido, conferir: SANTOS, José A. *Prisioneiros da história*. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Doutorado em história. PUC-RS, 2011.



Segundo o entendimento da sociedade da época, quando os negros se manifestavam publicamente contra o racismo e por acesso aos direitos previstos em lei, teriam a intenção de dividir social e racialmente a propalada “integração nacional”.

Na perseguição dessas questões e no sentido de refletir sobre novas perspectivas da história do negro no Rio Grande do Sul, foram pesquisados os exemplares disponíveis da imprensa negra no Estado no período imediatamente posterior à escravidão. Período em que alguns descendentes dos escravizados se uniram entorno dos jornais e almejaram a superação de obstáculos nas disputas da época, assim como redefiniram e renomearam suas identidades étnicas a partir de elementos positivos e aglutinadores.

Foi o resultado de um processo que iniciava com a conquista da liberdade individual e, em maio de 1888, chegava ao coletivo. Passava ainda pela supressão das necessidades básicas de sobrevivência e chegava à assunção de comportamentos e a fundação de organizações moral e socialmente aceitáveis. Portanto, a fundação de escolas étnicas, de clubes sociais e esportivos, associações culturais e beneficentes, a comemoração das datas e festividades cívicas e a publicação de jornais voltados aos grupos negros, constituíram um amplo processo de inserção social para a busca e a garantia de direitos.

Nomeadas de “estratégias étnicas” estas iniciativas ressaltam algumas características comuns entre os vários grupos étnicos que participaram do processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Weber (2008) definiu o processo que resultou na fundação e na institucionalização social daquelas organizações como “estratégias étnicas”, que foram desenvolvidas por “grupos étnicos” (espanhóis, negros, alemães, palestinos, poloneses, entre outros) com vistas à integração naquela sociedade. No entanto, a autora deixou pouco espaço para a reflexão sobre as desigualdades das condições de partida entre as etnias, na criação e manutenção de mecanismos de integração e ascensão social de cada um dos grupos, além de superestimar o ponto de chegada do grupo étnico negro.

A “elite negra letrada”, que foi objeto da sua reflexão, ao contrário dos imigrantes europeus, teve dificuldades em se reproduzir socialmente e não conseguiu manter a maioria das suas conquistas sociais, como foram os casos dos clubes, jornais e associações culturais. A construção contínua da etnicidade negra, resultado de um processo de escravização em que num primeiro momento foi necessário a sobrevivência e a superação de estereótipos, tornou-se imperiosa. A discriminação e o preconceito social e racial criaram obstáculos para a fundação de uma história comum que



fundamentasse laços identitários a partir de novas bases culturais plasmadas no Brasil. Aos imigrantes, por sua vez, foram permitidas certas condições materiais e simbólicas que fortaleceram as bases culturais que trouxeram das origens europeias. Embora alguns negros e brancos pudessem ter pontos em comum, em termos de condições sociais e políticas de um território que se tornava nação, o capital simbólico e intelectual de cada um foi contabilizado de forma desigual nessa construção.

A utilização de “estratégias étnicas” aproximadas, entre imigrantes e descendentes de escravizados, não indicam condições iguais de integração social, muito menos apontam perspectivas de assimilação cultural ou possibilidades de ascensão parecidas entre eles, antes, são indícios da moldura institucional e legal a que todos estavam submetidos. O projeto imigratório brasileiro, inicialmente voltado à ocupação de terras públicas, foi motivado pelos debates sobre o fim do tráfico de africanos, e depois se voltou para a ocupação das terras ditas “improdutivas” e para a necessidade da regulamentação fundiária.

Naquele processo, enquanto os colonos europeus tiveram acesso às terras e às melhores condições de trabalho, os libertos, os emancipados, os “nacionais”, ou qualquer outra categoria social que fosse associada à cor ou à “raça” de origem africana, tiveram seus direitos sociais limitados. Os limites muitas vezes não estavam nas leis, mas eram ditados por atitudes cotidianas que reproduziam a aversão e os estereótipos criados em relação aos descendentes dos escravizados.

Os limites sociais para a integração e a mobilidade social dos negros estavam manifestos, por exemplo, no acesso e continuidade da educação. Cito um caso sobre os maus tratos dos professores sobre os seus alunos: “Aqui, nas aulas públicas, as crianças de cor preta, são uma espécie de boneca de lustrador que somente vão à escola para polir os bancos: os professores nada ensinam aos negrinhos e aproveitam-nos muito bem como seus criadinhos”.³

O artigo era um manifesto favorável à alfabetização dos negros, escrito por um autor que não fazia parte do corpo de redatores do jornal *O Exemplo*. Ele usava o semanário para comentar as condições em que se encontravam as crianças negras que se submetiam às condições estabelecidas nas “aulas públicas”. As “crianças de cor preta”, segundo ele, sofriam com o descaso dos professores com relação ao seu aprendizado, eram submetidas aos estereótipos que os remetiam à condição de “criadinhos” ou meninos de recados dos educadores. É possível questionar quais as condições de aprendizagens, dentre outros aspectos psicológicos, a que eram submetidas crianças

³ “As aulas públicas.” Lindolfo Ramos (*O Exemplo*, 18.12.1904).



que passavam por situações como as descritas. Elas foram representadas como objetos ou simples “bonecas de lustrador” dos bancos escolares daquela época. A partir da visão distanciada no tempo e no espaço, que ocupo como historiador, posso inferir, informado por pesquisas recentes, que aquele ambiente escolar era inibidor e desfavorável ao sucesso escolar daquelas crianças.⁴

Havia condições de causa e efeito que aproximavam imigrantes e negros, os primeiros ligados à civilidade e ao trabalho livre, os segundos à essencialidade de natureza biológica e ao trabalho servil. Os imigrantes por seu caráter alienígena e os negros pelas marcas da escravidão tiveram de enfrentar situações adversas para serem reconhecidos como cidadãos plenos, mas obtiveram resultados bem diferentes no processo de integração à nação que concebiam. A complexidade de culturas e de origens étnicas que comportavam cada um dos grupos, somadas às reivindicações por direitos políticos e sociais diferenciados, solaparam os ideais entorno da criação de uma identidade nacional.

A República foi muito mais seletiva do que o Império na determinação dos imigrantes ideais, tanto instituiu mecanismos para evitar os “enquistamentos étnicos”, com a criação das colônias mistas voltadas para o “abrasileiramento”, como proibiu a entrada de imigrantes africanos e asiáticos a partir de 1890. Reforço os meus argumentos a partir de Gomes e Cunha (2007, p. 15), quando refletiam o pós-abolição no Brasil e o uso da categoria “quase-cidadão”, que também reafirmaram: “É no plano da liberdade e da igualdade que florescem os mecanismos mais perversos, porque envoltos em retóricas fluídas, de preterição e evitação”.⁵

A liberdade e a igualdade propostas pelos republicanos, quando analisadas a partir das relações raciais cotidianas, podem ser interpretadas como um engodo retórico que não saiu do plano conceitual. A legislação pós-abolição redigida a partir daqueles princípios, embora motivasse uma parte da população negra para a ação política no meio urbano, relegou à parcela significativa dos negros, apenas a pobreza, o analfabetismo e o esquecimento no meio rural.

⁴ Pesquisas sobre crianças e adolescentes negros no cotidiano escolar, têm demonstrado a necessidade de avanços urgentes quanto às práticas pedagógicas contemporâneas. Novos paradigmas educacionais devem ser concebidos para minorar os *déficits* de rendimento e de abandono escolar entre os jovens brasileiros. A sala de aula é um local privilegiado para o aprendizado do respeito à diferença, para a definição das identidades étnicas e para a mobilidade em direção às universidades. Cf. MEC-SECAD. *Orientações e ações para a educação das relações étnicorraciais*. Brasília: 2006.

⁵ CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.



São considerações que me levam também a dialogar com as considerações de Seyferth (2007). A autora usa a categoria de “quase-cidadão” para os imigrantes alemães, o seu fundamento conceitual se ancora na estrutura legal que condicionava os alemães à nacionalidade brasileira.⁶

Segundo o seu entendimento, os imigrantes do Vale do Itajaí, imaginados como “civilizadores brancos” daquela região de Santa Catarina, também podiam fazer parte da definição de “quase-cidadãos”. Inicialmente proposta para os descendentes das senzalas, aquela categoria remeteria aos problemas da assimilação à nacionalidade e à interface com a “questão racial”, o que aproximaria as experiências de negros e imigrantes em relação às dificuldades para acessar os recursos legais instituídos na Primeira República.

No meu entendimento, o tráfico de africanos escravizados e a ideologia racista e excludente construída sobre as experiências dos seus descendentes foi o que dificultou o acesso à cidadania plena. Os direitos civis e políticos foram distribuídos de formas desiguais a partir de condições de subordinação, humilhação e dominação que atingiram parte dessa população. No caso do Rio Grande do Sul, a herança européia trazida pelos alemães ajudou a acentuar a figura mítica do gaúcho e a relegar a contribuição negra ao esquecimento.⁷ Foram aspectos considerados por Gomes e Cunha (2007), quando da definição original do termo “quase-cidadão”, mas que não foram levados em conta pela autora quando resolveu aproximar as duas experiências.

Por outro lado, houve uma parcela de negros que se utilizou do que entendemos como “estratégias étnicas” para se integrarem aos quadros da jovem nação republicana. Foram aqueles que deixaram registro na imprensa negra e estiveram envolvidos na fundação e manutenção dos periódicos sul-rio-grandenses. São sujeitos das suas histórias que se aglutinaram ao redor dos jornais na defesa dos interesses dos extratos negros a que pertenciam, buscaram o respeito, a inserção e a ascensão social a partir de formas institucionalizadas de expressão identitária.

⁶ SEYFERTH, Giralda. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização da Primeira República. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 79-118.

⁷ A mitologia sobre o gaúcho, referido como o “centauro dos pampas”, foi construída na determinação da origem portuguesa, indígena e espanhola. A partir do início do século XX, também passou a incluir os imigrantes italianos e alemães, tornando invisível a herança africana na construção cultural e econômica do Estado.



Intelectuais negros e imprensa

A mais visível e organizada de todas as instituições negras no Rio Grande do Sul, de 1892 a 1930, foi a imprensa, criada para sedimentar a etnicidade, informar e defender os interesses desta população. Nesse sentido, também tivemos a organização dos clubes sociais, times de futebol e variadas associações culturais e beneficentes, que serviram como refúgio às perseguições raciais e para o reforço das construções identitárias.

Segundo Sirinelli (1996), a definição de intelectual é variável e depende dos grupos de interesses que se aglutinam entorno de “redes de sociabilidades” e de universos culturais comuns que, embora difusos, são determinantes no engajamento na vida da cidade como testemunha ou consciência da causa que defendem. Aqueles que identificamos como intelectuais negros tiveram o reconhecimento público pelo envolvimento intelectual nos meios jornalísticos e literários da cidade, o que se deu principalmente a partir da atuação direta na fundação de jornais e no envolvimento com as questões da população negra.

Passo a destacar alguns dos principais responsáveis pela fundação e manutenção do semanário O Exemplo e as redes as quais pertenciam. As informações construídas nas páginas do periódico em datas comemorativas (aniversários, casamentos, batizados, noivados, Abolição, Independência); nos momentos de luto (mortes, sepultamentos e missas); nos relatos de casos de preconceito e discriminação racial e da participação em atividades culturais, festivas, esportivas e políticas, formataram redes profissionais, parentais e de amizade. Para a identificação visual daqueles atores, também tive o auxílio luxuoso das fotografias de alguns dos envolvidos.

Ao acompanhar e desenhar a circulação e os contatos estabelecidos nos meios intelectuais, profissionais, esportivos, carnavalescos e religiosos dos redatores negros, se comprova o grau de legitimidade que alcançaram não só entre os seus, mas perante toda a sociedade porto-alegrense. A ascensão social e o reconhecimento público eram objetivos a serem conquistados com a superação do preconceito e da discriminação raciais vigentes. Os atos arbitrários contra aqueles objetivos foram percebidos como obstáculos sociais que deixaram incompleto o processo de integração social daqueles que procuravam meios para melhorar de vida. Alguns intelectuais que conquistaram espaços que se consolidaram em mobilidade social ascendente, pregaram o retorno ao convívio dos seus, onde passaram a envolver-se com questões dos grupos originários. Foram nos espaços sociais e esportivos



do meio negro onde eles assumiram, principalmente, os papéis de protagonistas e lideranças, como: oradores, secretários e presidentes de clubes recreativos, culturais e bailantes, times e associações de futebol.

O jornal *O Exemplo* divulgou os seguintes nomes no primeiro número: **Alfredo Cândido de Souza**, **Arthur Ferreira de Andrade**, **Arthur Pinto Gama**, **Theodoro Camilo Laurindo**, **Marcílio Francisco da Costa Freitas**, **Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior**, **Sérgio Aurélio de Bittencourt**, **Esperidião Calisto** e **Florêncio Calisto**.⁸ Ao longo da existência do jornal outros nomes também foram reverenciados como “companheiros”, “beneméritos” ou “benfeitores” do periódico, principalmente, nas datas dos aniversários ou quando da passagem do dia da fundação do semanário.

Aurélio Viríssimo de Bittencourt foi um dos personagens mais lembrados como um daqueles que havia contribuído do seu bolso para a criação e estabilidade financeira do jornal.⁹ Ele era um negro letrado, filho de uma escrava liberta, que iniciou a vida na capital como aprendiz de tipógrafo e tornou-se abolicionista, jornalista e burocrata. Foi provido como amanuense em 1868, com pouco mais de 18 anos e dedicou a vida ao serviço público para tornar-se personagem importante na administração do Estado. Ao longo de sua trajetória Aurélio acumulou considerável capital cultural e bens materiais, resultado do seu trabalho e da circulação entre pessoas da elite intelectual e política de Porto Alegre. Ele assumiu o cargo de Secretário da Presidência do Estado, em 17 de junho de 1892, tão logo Júlio Prates de Castilhos entrou no Palácio do Governo do Rio Grande do Sul.

Aurélio era considerado o principal “benemérito” ou “benfeitor” para aqueles que estiveram envolvidos com a fundação e a continuidade de *O Exemplo*. Durante toda a existência do jornal ele foi representado como o “Mestre” ou o “velho”, termos que dão mostras da importância da sua trajetória no meio negro porto-alegrense. Em 13 de maio de 1904, segundo o editorial do semanário, ele foi

⁸ Os nomes grafados em negrito estão conforme divulgados originalmente na primeira edição do jornal. A complementação dos nomes deu-se com o cruzamento dos mais variados documentos, como os próprios jornais, memórias e biografias que serão apontadas no momento oportuno em que trato da trajetória profissional e intelectual de cada um.

⁹ Aurélio Viríssimo de Bittencourt nasceu na cidade de Jaguarão, em 1849, e morreu em Porto Alegre no ano de 1919. Depois de uma carreira iniciada por concurso como amanuense, ele foi alto funcionário da Secretaria do Governo da Província, onde se tornou secretário particular de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Boa parte das informações sobre a sua biografia foram fornecidas pela publicação que segue. MOREIRA, Paulo R. S.; CARVALHO, Daniela V. de; VARGAS, Jonas M. e SANTOS, Sherol dos. Percursos biográficos de um burocrata devoto: Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919). In: *Política e poder nos primeiros anos da República: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; EdPUCRS, 2009.



saudado como: “[...] o maior atleta na luta pela conquista de nossos direitos civis e políticos”.¹⁰ O artigo foi escrito por Espiridião Calisto, outro dos principais fundadores do jornal, que lembrava que Aurélio não havia temido descer um degrau sequer de sua posição oficial ao colaborar para a manutenção do jornal.

Segundo Calisto, no mesmo artigo, ele: “ofereceu a esses lutadores o recurso pecuniário de sua bolsa e a sábia experiência adquirida em prélios de idênticas condições”. Aurélio iniciou a carreira no meio jornalístico da capital no jornal *O Mercantil*, em 1864, depois passou para o *Jornal do Comércio*, onde ocupou todas as funções até tornar-se um dos acionistas. Foi ainda um dos principais responsáveis pela fundação do jornal do Partido Liberal, *A Reforma* (1869), e membro fundador do Partenon Literário, em 1868. Também participou da Sociedade Dramática Ginásio do Comércio (1867-1870), Sociedade Ensaio Literários (1872), e da primeira Academia Rio-Grandense de Letras em 1901. O entendimento daquele grupo de que Aurélio era o principal “benfeitor” do jornal foi facilitado pelo fato dele ser pai de dois dos principais fundadores (Aurélio Júnior e Sérgio de Bittencourt), e também por outros aspectos da sua biografia que exploraremos a seguir.

O Exemplo foi fundado em 11 de dezembro de 1892, portanto, quase seis meses depois que Aurélio assumiu maiores responsabilidades no Governo estadual e ganhou prestígio junto à sociedade gaúcha. O investimento que ele fez no jornal não foi apenas financeiro, foi também político. Aurélio havia iniciado sua vinculação partidária junto ao Partido Liberal em 1869, e depois da abolição tornou-se republicano, o que me estimula a pensar que a fundação do semanário dirigido aos negros republicanos de Porto Alegre, foi um reforço na sua ascensão profissional e colaborou para legitimar a sua opção partidária.

Os jovens militantes do Partido Republicano Riograndense – PRR eram representados à época como bacharéis e positivistas, que apontavam para a possibilidade de mudanças políticas em relação às lideranças do outrora forte Partido Liberal. Os liberais, por sua vez, eram representados como monarquistas que mantinham a hegemonia política nas mãos da oligarquia agrária refratária às mudanças. A opção por outro partido era muito comum naquela época de disputas ferrenhas pelo controle do estado, bastava aos ingressantes mostrar lealdade e trabalho ao novo grupo. São essas considerações que evocam a compreensão de que Aurélio ajudou a fundar O Exemplo como extensão

¹⁰ “13 de Maio de 1904. Tenente-coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt.” (O Exemplo, 13.05.1904)



dos seus interesses pelo reconhecimento partidário, juntamente com a sua trajetória abolicionista e a sua vinculação ao meio negro da capital do Estado.

Além da competência na Administração Central do Estado, corroborada por larga trajetória burocrática, é possível que Aurélio de Bittencourt e Júlio de Castilhos tenham se cruzado nos ambientes intelectuais e políticos de Porto Alegre antes do primeiro ser secretário do segundo. A diferença de idade de Aurélio para Castilhos era de 11 anos, ambos foram ativos abolicionistas e participaram da vanguarda cultural gaúcha, representada pelo Partenon Literário. Em dois artigos que Castilhos publicou no jornal *A Federação*, nos dias 16 e 20 de dezembro de 1884, ele cobrava a coerente utilização do “produto da quermesse” que havia sido angariada pelo Centro Abolicionista. Aurélio fazia parte da direção do Centro Abolicionista desde a sua fundação e é provável que eles se conhecessem antes da sua indicação para a Secretaria.

Mesmo ao ocupar cargo importante no governo estadual Aurélio nunca deixou de circular no meio negro, como devoto do catolicismo ou envolvido em manifestações populares, manteve firme a liderança intelectual e religiosa da população negra da cidade. Ele foi escrivão e prior das Irmandades do Rosário e do Divino Espírito Santo, e destacou-se como abolicionista quando da fundação do Centro Abolicionista, em 1883. Todo este retrospecto lhe rendeu reconhecimento público entre os brancos e legitimidade representativa entre os negros.

Em correspondência a Júlio de Castilhos, datada de 06 de janeiro de 1899, Aurélio relatava que havia recebido na noite anterior a visita dos ternos das *Bahianas*, das *Bahianinhas* e do *Club Menelik*. Enquanto uns comiam e bebiam na varanda da sua casa, outros dançavam e cantavam na sala, o que teria lhe rendido uma noite de festas e insônia. Nessa missiva, escrita logo cedo pela manhã ao chegar ao Palácio do Governo, ele ainda afirmava: “Presumo que vou ter um dia de lombeira, mas não desertarei ao meu posto”.¹¹

São passagens como essa, transmitidas na informalidade de um simples bilhete, que nos mostram a rotina do “burocrata devoto”, a vinculação de Aurélio ao meio popular da cidade e a proximidade que tinha com o Presidente da Província. Naquele artigo citado anteriormente, Calisto também lembrava que desde moço ele prestigiava as sociedades da sua raça como a Sociedade Floresta Aurora, onde teria sido sócio benemérito. Segundo ele, Aurélio estimulava com o seu exemplo político e abnegação católica a organização de instituições religiosas ou recreativas no meio

¹¹ Cf. MOREIRA, 2009, págs. 128-129.



negro. A intenção era que os negros superassem o preconceito e o complexo de inferioridade, e se integrassem à sociedade a partir da educação.

O periódico *O Exemplo*, cada vez mais a partir do início do século XX, passou a ser um veículo voltado para a defesa dos ideais republicanos. Muitos dos seus redatores receberam patentes militares da Guarda Nacional e o próprio Espiridião Calisto fez campanha política e vinculou-se aos grêmios do PRR espalhados pela cidade.¹² A “sábua experiência” do “velho marechal do jornalismo rio-grandense”, conforme afirmara Calisto sobre a trajetória jornalística de Aurélio, foi definitiva para a fundação do semanário e o entrincheiramento daquele grupo em defesa dos republicanos e combate ao preconceito fortificado nos costumes da capital. Até os últimos exemplares do periódico ele foi reverenciado como o “Mestre”, o exemplo que deveria ser seguido, aquele que havia demonstrado o caminho para que os negros ascendessem socialmente e tivessem o respeito e a admiração de toda a sociedade.

A solidariedade étnica demonstrada por Aurélio, sem dúvida, ajudou na fundação do jornal, mas foi principalmente a iniciativa dos jovens candidatos a escritores, dentre os quais os seus filhos, que criaram um meio de divulgar as suas produções literárias. Eram comuns as publicações de poesias românticas na primeira página, e de crônicas do cotidiano e artigos que se dirigiam para a condições salariais, de educação e moradia dos pobres da capital.

Por meio da educação e do acesso ao funcionalismo público, alguns dos redatores conquistaram melhores posições sociais, e se mantiveram ao redor do periódico ratificando a proposta do grupo até o final da publicação. As experiências e as conquistas sociais dos mais velhos mostravam os caminhos para a ascensão social que deveriam ser seguidas pelos mais jovens – estudar e buscar ingresso no serviço público. Foi o caso de Espiridião Calisto que terminou a vida como funcionário da Junta Comercial de Porto Alegre, mas iniciou a vida como barbeiro.

O endereço do *Salão Calisto*, reputado espaço que: “escanhoava os queixos de muita gente boa e aplicava sanguessugas hamburguesas nos sangues viciados dos enfermos”, estava localizado na principal rua da capital. A Rua dos Andradas, número 247, popularmente conhecida como Rua da Praia, pois ligava as margens do antigo “rio” Guaíba ao centro da cidade, vinha estampada nos

¹² Espiridião Calisto nasceu em 13 de dezembro de 1864. Ele foi presidente do Centro Republicano Júlio de Castilhos e terminou a vida como funcionário da Junta Comercial de Porto Alegre. Também foi representante do Grêmio José do Patrocínio, na festa realizada por ocasião da passagem do dia 13 de maio de 1910. Em 1929, ele era o presidente do Centro Cultural José do Patrocínio, fundado em 1921, ano em que ele já fazia parte da direção. Cf. *O Exemplo*, 09.04.1922 e o artigo “A Espiridião Calisto”, assinado por Arnaldo Dutra. (*O Exemplo*, 02.01.1929).



primeiros exemplares do jornal como “escritório do diretor de redação”. Foi neste espaço, com a aquiescência do pai e a colaboração do irmão Florêncio, que Espiridião começou a sua faina jornalística num pequeno quarto que tinha atrás do local de trabalho da família. O centro era o local privilegiado para a circulação das pessoas rumo ao comércio e às repartições públicas da capital. A Rua da Praia era a sua principal via de circulação de pessoas e mercadorias e espaço social reconhecido pelas manifestações políticas, reuniões cotidianas nas redações dos grandes jornais e encontros amistosos nas livrarias, confeitarias e cafés.¹³

Aqueles que se lançaram à faina de elaborar o “valoroso órgão de imprensa” tiveram naquele endereço a sua primeira sala de redação e oficina. Segundo memória de um dos fundadores do jornal, as boas e amistosas palestras daquele grupo, “[...] invariavelmente recaiam em comentários acerca do malfadado preconceito de cores, então odiosamente enquistado nos hábitos da população desta leal e valorosa cidade, já a esse tempo usufruidora dos foros de civilizada”.¹⁴ Embora lembrasse do “aparecimento” do jornal que havia acontecido há mais de trinta anos, a memória do articulista mantinha-se lúcida. Ele nos sugere que para a capital atingir “foros de civilizada”, era necessário bem mais do que a cidade crescer, urbanizar-se e modernizar-se. A população de Porto Alegre deveria desenvolver hábitos sociais mais requintados, como superar o costume do malfadado “preconceito de cores”.

O jornal foi fundado para combater o preconceito de cores ao mesmo tempo em que se consolidava o *Salão Calisto*, que era o local privilegiado para o encontro e palestras diárias que serviram para unir trajetórias pessoais e interesses diversos. Calisto junto com Arthur Pinto Gama, que também havia nascido em 1864, eram os mais velhos dos fundadores d’*O Exemplo*. Eles estavam com 28 anos de idade quando da fundação do semanário, ambos tinham profissões definidas e posições mais diretas contra o preconceito racial, já haviam inclusive estabelecido algumas estratégias pessoais para superá-lo. Arthur Pinto Gama foi um dos primeiros do grupo a se estabilizar profissionalmente como escrevente do Arsenal de Guerra. Depois se tornou escriturário da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana e “praticante da Pagadoria Provincial”, órgão que depois da República

¹³ Para um melhor entendimento sobre a “territorialidade negra urbana” em Porto Alegre e os significados do centro e da Rua da Praia para a população negra, ver: BITTENCOURT Jr., Iosvaldyr C. Territorialidade negra urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita R. (Org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 129-160

¹⁴ “O aparecimento d’O Exemplo”. Artigo de Marcílio da Costa Freitas. (*O Exemplo*, 02.01.1928)



foi transformado em Tesouro do Estado. Ele chegou a ser diretor de uma das seções do Tesouro até aposentar-se em 1921, ano em que possuía 37 anos de serviço público.¹⁵

Os dois acompanharam as mudanças urbanas, sociais e políticas do país, haviam passado pela escravidão, pelo processo que instituiu a Abolição e a República. Sabiam, portanto, das dificuldades que deveriam ser enfrentadas para a conquista da liberdade no exercício das expressões culturais de matriz africana e os caminhos para a garantia e o acesso aos direitos civis proclamados. Espiridião Calisto em artigo sobre a festa da “Noite de Reis”, de 1905, por exemplo, reclamava do abandono a que os negros foram relegados pela polícia da capital depois da abolição. Segundo ele:

Quando a tradição envolvia a pretos e brancos na faina recreativa de reproduzirem as homenagens dos magos ao nascimento do Menino Deus, os ternos eram ouvidos a distância com o respeito silencioso das grandes comemorações, porém agora que só a gente de cor tomou a si o glorioso encargo, é preciso um pretexto para desmoralizar os nossos créditos para justificar as violências que nos façam.¹⁶

Nesse exemplar do jornal, também foi realizada a divulgação dos cânticos que teriam sido apresentados pelos ternos *Menelik*, *Club Magos do Oriente* e *Bahianinhas* que desfilaram em homenagem ao nascimento de Jesus e ao ano que iniciava. Embora os próprios nomes dos ternos nos remetam ao universo cultural afro-brasileiro, ao que parece, a questão não envolvia apenas uma relação entre brancos e negros, mas aos pobres em geral, que não tinham a primazia na defesa das suas manifestações culturais. Quando as elites exigiam a presença da força pública na defesa dos seus interesses e territórios, era certo que as classes populares ficavam a descoberto. A tradição do Terno de Reis foi trazida para o Brasil pelos açorianos e tinha inspiração na história bíblica dos Três Reis Magos. Ao que parece, a tradição dos Ternos de Reis, assim como o carnaval, foram criados pelos colonizadores e mantidos pela elite, mas quando apropriados pelos populares deixou de interessar aos meios intelectualizados.¹⁷

¹⁵ Arthur Pinto Gama morreu aos 58 anos, em 11 de fevereiro de 1922. Cf. (O Exemplo, 12.02.1922); (O Exemplo, 19.02.1922) e “Arthur Gama” (O Exemplo, 13.08.1922)

¹⁶ “Noite de Reis”. (O Exemplo, 08.01.1905)

¹⁷ A tradição do Terno de Reis foi trazida para o Brasil pelos colonizadores e foi inspirada na história bíblica dos Três Reis Magos. Seguindo uma estrela que surge no céu no dia do nascimento de Jesus, 25 de dezembro, os Magos saem à procura do Menino, levando presentes e chegam a Belém no dia 6 de janeiro, Dia de Reis. A cantoria é interrompida quando o dono da casa, seguindo o exemplo dos Reis Magos, presenteia o grupo com bebidas e comidas. A apresentação se encerra com o agradecimento e despedida. Segundo a cultura popular quem recebe o Terno de Reis em sua casa é abençoado o ano todo. CORTES, J. C. Paixão. Terno de Reis I. *Revista Jangada Brasil*. Ano VI, edição 61, dez. 2003.



Espiridião Calisto deixou registro sobre a aula primária na capital que, era proferida por professor público que separava as crianças negras em quarto contíguo à sala em que aprendiam os estudantes brancos. Segundo ele, além da segregação em espaços separados, o local em que ficavam os estudantes negros era mal iluminado, o que “estabelecia o preconceito escolar, tendo por base a cor, nos afugentando das aulas públicas!”. Calisto usava o argumento do “preconceito escolar” como justificava para que a comunidade negra se organizasse e criasse as próprias escolas, o que não era consenso entre os articulistas do semanário.¹⁸

Os artigos de Espiridião Calisto e Miguel Cardoso nasceram no meio de uma polêmica estabelecida no jornal, que buscava estimular o meio negro a buscar mecanismos sociais para escolarizar seus filhos. A perspectiva apontada por Miguel Cardoso considerava que os casos individuais da ascensão social de algumas “pessoas de cor”, justificariam a inexistência do “preconceito de raças” na população gaúcha e a nulidade da existência de escolas específicas para os negros. Por sua vez, Calisto utilizava-se de exemplos pontuais que tipificavam a sociedade gaúcha como racista, e reforçava o seu argumento de que os negros deveriam tomar a iniciativa na fundação de escolas para os seus filhos. Segundo ele, só a partir da existência de escolas exclusivas os negros teriam melhores condições de superar o “preconceito escolar”, o que seria conquistado não de maneira individualista, mas como um grupo organizado que tomava a iniciativa para resolver os seus próprios problemas.

Esse foi um debate inicial no interior do hebdomadário que logo foi superado, e encaminhou-se em direção à opinião esposada por Calisto, tornando-se uma das principais diretrizes editoriais do semanário. Os redatores do jornal passaram a apoiar as iniciativas da população negra para a criação de espaços voltados à alfabetização, o que se deu de forma paralela à exigência para que o Estado também tomasse essa iniciativa.

Devido às trocas de experiências com os mais velhos, na família ou no grupo que se encontrava no *Salão Calisto*, eles entenderam que a instrução era o principal meio para a mobilidade social e a integração na sociedade de classes que se formava. Foi por meio da instrução que eles

¹⁸ A polêmica sobre a necessidade ou não dos negros criarem suas próprias escolas iniciou com três artigos escritos por Miguel Cardoso. Os artigos de Cardoso levaram os títulos de “Atualidades I, II e III”, o que foi rebatido por artigo de Espiridião Calisto sob o título de “Pelo Dever”. Os argumentos de Cardoso que eram contrários à organização dos negros em escolas separadas, foram reafirmados com o artigo “Por Coerência”, que foi finalmente contestado por Calisto em, “Ainda pelo Dever”. No artigo de Oliveira Silveira, intitulado “Três coleções preservam jornal da comunidade negra”, publicado no jornal *Correio do Povo*, em 1972, tive a indicação do debate estabelecido no periódico *O Exemplo*, entre os meses de março e abril de 1893. Cf. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 08 de outubro de 1972.



tiveram condições de realizar concursos públicos, considerados formas de abreviar o percurso que poderia levar ao emprego em algum órgão do governo, à estabilidade financeira e ao respeito das pessoas.

A circulação nos meios literários, entre católicos e nas reuniões partidárias, assim como apadrinhamento político, também serviram para o aprimoramento das suas formas de inserção social e a criação de mecanismos de mútua ajuda e circulação de conhecimentos.

Bibliografia

MEC-SECAD. Orientações e ações para a educação das relações étnicorraciais. Brasília: 2006.

CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, ocupação territorial e cidadania: o vale do Itajaí e a política de colonização da Primeira República. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 79-118.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

WEBER, Regina. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, A.; ARENDT, I.; GRÜTZMANN, I. *Campos múltiplos: identidade, cultura e história*. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008.